

**MINISTÉRIO DO AMBIENTE E AGRICULTURA**

**DIRECÇÃO GERAL DO AMBIENTE**

**Plano de Acção Nacional  
para o Ambiente II**



**Cabo Verde 2004-2014**

**RELATÓRIO DE PROGRESSO DA  
IMPLEMENTAÇÃO DO PANA II – ANO 2007**

**Praia, Março 2008**

LISTA DE ABREVIATURAS .....	3
1- INTRODUÇÃO .....	5
2 – ACTIVIDADES PROGRAMADAS .....	6
2.1 – PLANOS AMBIENTAIS MUNICIPAIS - PAM .....	6
2.2 – PLANOS AMBIENTAIS INTERSECTORIAIS – PAIS.....	6
3. ESTADO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PANA II .....	7
3.1 – ESTADO DO SEGUIMENTO E MONITORIZAÇÃO DO PANA II .....	7
3.2 – ESTADO DOS PLANOS AMBIENTAIS MUNICIPAIS - PAM .....	8
3.3 – ESTADO DOS PLANOS AMBIENTAIS INTERSECTORIAIS - PAIS .....	8
3.4 – ESTADO DE AVANÇO DOS INDICADORES .....	9
4. BALANÇO DOS PROJECTOS IMPLEMENTADOS .....	14
4.1 - RECURSOS HÍDRICOS .....	14
4.2 - SANEAMENTO BÁSICO .....	14
4.3 - GESTÃO DA BIODIVERSIDADE .....	15
4.4 - ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO.....	17
4.5 – INFORMAÇÃO, EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA O AMBIENTE .....	17
5. INVESTIMENTOS REALIZADOS NO SECTOR AMBIENTAL em 2007 .....	19
6. RECOMENDAÇÕES .....	20
BIBLIOGRAFIA .....	21
ANEXOS.....	22

## LISTA DE ABREVIATURAS

ANMCV	Associação Nacional de Municípios Caboverdianos
APS	Apoio Orçamental Sectorial
AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
BADEA	Banco Árabe de Desenvolvimento Económico de Africa
BO	Boletim Oficial
CE	Comissão Europeia
CGS	Comité de Gestão e Seguimento do PANA II
CNA	Conselho Nacional do Ambiente
DECRP	Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza
DGA	Direcção Geral do Ambiente (Ministério do Ambiente e Agricultura)
DGASP	Direcção Geral de Agricultura, Silvicultura e Pecuária (Ministério do Ambiente e Agricultura)
DGC	Direcção Geral do Comércio (Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade)
DGDT	Direcção Geral do Desenvolvimento Turístico (Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade)
DGIE	Direcção Geral da Indústria e Energia (Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade)
DGI	Direcção Geral das Infra-estruturas (Ministério das Infra-estruturas, Transportes e Mar)
DGO	Direcção Geral do Orçamento (Ministério das Finanças e Administração Pública)
DGOTH	Direcção Geral do Ordenamento do Território e Habitat (Ministério das Infra-estruturas, Transportes e Mar)
DGP	Direcção Geral de Planeamento (Ministério das Finanças e Administração Pública)
DGPOG	Direcção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão (Ministério do Ambiente e Agricultura)
DGS	Direcção Geral da Saúde (Ministério da Saúde)
EIA	Estudo do Impacto Ambiental
EROT	Esquema Regional de Ordenamento do Território
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
GEP	Gabinete de Estudos e Planeamento
GOCV	Governo de Cabo Verde
INDP	Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas
INE	Instituto Nacional de Estatística
INGRH	Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos
INIDA	Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrícola
INMG	Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica
MAA	Ministério da Agricultura e Ambiente
MECC	Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade
MEES	Ministério da Educação e Formação Superior
MFAP	Ministério das Finanças e Administração Pública
MITM	Ministério das Infra-estruturas, Transportes e Mar
NOSI	Núcleo Operacional da Sociedade de Informação
ONG	Organização Não Governamental
PAIS	Plano Ambiental Inter-Sectorial
PAM	Plano Ambiental Municipal
PANA II	Plano de Acção Nacional para o Ambiente II
PD	Plano Detalhado
PDM	Plano Director Municipal

**Relatório de Progresso da Implementação do PANA II – Ano 2007**

PDU	Plano de Desenvolvimento Urbano
PMOT	Plano Municipal de Ordenamento do Território
SIA	Sistema de Informação Ambiental
SIGOF	Sistema Integrado de Gestão das Operações Financeiras
SSQA	Sistema de Seguimento da Qualidade Ambiental

## 1- INTRODUÇÃO

Cabo Verde, país com um ecossistema frágil e não detentor de recursos minerais, aprovou em 2004 o Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente – PANA II que constitui o documento de política do sector ambiental, detendo deste modo todas as estratégias e acções com vista o alcance da sua visão que é

***“ uma sociedade consciente do papel e dos desafios do ambiente para um desenvolvimento económico e social sustentável, e consciente das suas responsabilidades relativamente às gerações futuras e determinada a utilizar os recursos naturais de maneira durável”***

A implementação do PANA II teve o seu início em 2005, estando assim a caminhar para o seu 4º ano de implementação em 2008.

Nesses três anos de implementação, os resultados alcançados são muitos, mas entretanto os desafios são maiores.

Para fazer face aos desafios que a implementação da política ambiental nacional, sector transversal, o seguimento e monitorização de todos os projectos e actividades desenvolvidas pelos sectores e municípios é de suma importância, pois somente com uma monitorização eficiente e eficaz é possível quantificar os resultados obtidos e o alcance das metas previstas para os indicadores de qualidade ambiental previstas no PANA II.

Um instrumento de monitorização da Implementação do PANA II é o relatório de progresso das diferentes actividades desenvolvidas no sector ambiental, pelos serviços centrais e pelos Municípios.

O presente relatório diz respeito às actividades levadas a cabo no âmbito da implementação da política ambiental do país - PANAI, referente ao ano de 2007.

O Mesmo está estruturado em 6 partes: Introdução, Actividades Programadas, Estado da Implementação, Balanço dos Projectos Implementados, Investimento Realizados no Sector Ambiental e Recomendações.

## 2 – ACTIVIDADES PROGRAMADAS

Apesar de não ser detentor de grandes recursos minerais, Cabo Verde possui oportunidades de desenvolvimento sustentável. Mas para isso, é necessário a criação de condições para a solução dos problemas ligados as quatro áreas consideradas prioritárias (Ordenamento do Território, Conservação da Biodiversidade, Disponibilidade de Agua e Saneamento Básico) como sejam:

- Identificação e implementação de fontes alternativas de rendimento para a camada da população que depende da exploração e venda de areia e brita, plantas medicinais, plantas endémicas;
- Restauração, aumento e utilização racional da disponibilidade de água potável e para a agricultura
- Utilização eficaz e sustentável do território nacional, através de um ordenamento lógico
- Restauração, conservação e protecção da biodiversidade terrestre e marinha
- Melhoria das condições de vida da população em termos de saúde pública e valores estéticos das paisagens, através de um saneamento básico com uma gestão adequada dos resíduos e águas residuais, entre outros.

Para o ano de 2007, e tendo em vista o alcance das metas previstas no DECRP I e na Matriz do Apoio Orçamental, foram priorizadas as actividades nas áreas indicadas nos pontos abaixo.

### ***2.1 – Planos Ambientais Municipais - PAM***

Os municípios priorizaram os projectos (anexo 1) nas áreas de:

- a) Abastecimento de agua às populações
- b) Ligações a rede de esgotos e fossas sépticas
- c) Recolha e acondicionamento de Resíduos Sólidos

### ***2.2 – Planos Ambientais Intersectoriais – PAIS***

Os sectores deram continuidade a execução dos projectos plurianuais iniciados em 2005 (Anexo 2), com vista ao alcance dos indicadores acima mencionados.

### 3. ESTADO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PANA II

A implementação do PANA II entrou no seu 3º ano, em 2007, tendo todos os actores envolvidos na sua implementação, ou seja os sectores e municípios, adoptado medidas necessárias para o alcance dos objectivos e metas estabelecidas.

#### 3.1 – Estado do Seguimento e monitorização do PANA II

O seguimento do PANA II é realizado pelos seguintes órgãos:

Direcção Geral do Ambiente, órgão coordenador  
Comité de Gestão e Seguimento do PANA II – CGS  
Conselho Nacional do Ambiente  
Associação Nacional dos Municípios – Núcleo do Ambiente  
Comissão Municipal de Ambiente

**a) Direcção Geral do Ambiente, órgão coordenador** - No ano de 2007, uma equipa de técnicos da Direcção Geral do Ambiente efectuou visitas de acompanhamento dos PAM, tendo durante os meses de Novembro/Dezembro 2007 e Janeiro/ Fevereiro de 2008, deslocado a todos os municípios com excepção do Maio e São Lourenço dos Órgãos.

De acordo com os relatórios de acompanhamento dos PAM, produzidos pelos técnicos da DGA, alguns municípios não conseguem ainda traduzir nos relatórios os resultados alcançados pela implementação dos projectos.

**b) Comité de Gestão e Seguimento do PANA II - CGS** - Em 2007 foram realizadas 5 reuniões do Comité de Gestão e Seguimento, sendo 3 ordinárias e 2 extraordinárias, onde foram discutidos os aspectos relevantes da implementação do PANA II como sejam:

- Estado de implementação, seguimento e monitorização do PANA II
- Critérios de repartição dos fundos para os projectos ambientais
- Avaliação Estratégica do Ambiente
- Avaliação dos parceiros internacionais sobre o sector ambiental, que foi considerada positiva

*O CGS recomendou, para um melhor seguimento e monitorização da implementação do PANA II, que as recomendações feitas pelos parceiros no Relatório de Avaliação (anexo 3), fossem seguidas de forma a se melhorar cada vez mais o desempenho de Cabo Verde no sector ambiental.*

**c) Conselho Nacional do Ambiente – CNA** – Em 2007 foi realizado uma reunião do CNA para discussão e aprovação dos seguintes documentos:

- Relatório de Implementação do PANA II
- 3º Relatório Sobre o Estado da Biodiversidade

**d) Associação Nacional dos Municípios – Núcleo do Ambiente** – os municípios receberam apoio técnico da ANMCV, através do Núcleo do Ambiente

**c) Comissão Municipal de Ambiente** – Cada Município possui uma Comissão Municipal para o Ambiente que participa na aprovação dos projectos a serem implementados

### ***3.2 – Estado dos Planos Ambientais Municipais - PAM***

Para operacionalizar o processo de descentralização e fortalecer o poder local, está previsto na lei a criação do Fundo Autónomo de Desenvolvimento Municipal, que será o organismo através do qual serão financiados programas e projectos de investimentos dos municípios. Apesar de ter sido aprovado em 2005, o mesmo ainda não se encontra operacional, pelo que o Governo tem vindo a adoptar a modalidade de contratos programas para financiamento de projectos a serem executados pelas câmaras municipais, para a implementação dos PAM.

Assim, uma vez que os municípios só podem aceder a novos financiamentos por parte do Governo Central, para implementação dos Projectos Ambientais Municipais, após avaliação da implementação dos mesmos no ano anterior, foi assinado a partir de Julho, contratos programas com os 17 municípios e as 5 Comissões Instaladoras no valor de 340.000.000 ecv.

Vale aqui realçar, que este montante que o governo central disponibilizou às Câmaras Municipais para implementação dos Projectos inseridos nos PAM, é apenas uma das fontes de financiamento devendo as Câmaras Municipais procurar outras fontes para implementação dos projectos, junto de diferentes parceiros.

Alguns municípios têm conseguido implementar os projectos através de parcerias público-privado, mas a maioria tem utilizado somente os montantes disponibilizados pelo orçamento de Estado, através dos contratos programas.

A taxa de realização financeira dos municípios rondou os 70%.

### ***3.3 – Estado dos Planos Ambientais Intersectoriais - PAIS***

Os sectores responsáveis pela execução dos projectos previstos nos PAIS deparam com estrangimentos vários na implementação das actividades programadas, devido ao processo de desembolsos que continua a ser o ponto fraco da execução financeira dos projectos.

Somente os sectores dos Recursos Hídricos, Educação, Pescas, Saúde, Biodiversidade e Ordenamento do Território conseguiram uma taxa de execução financeira que rondou em média os 65%.

O sector do Ordenamento do Território teve alguns problemas iniciais com a disponibilização/confirmação, por parte do Ministério das Finanças, do montante que lhe foi afecto inicialmente, tendo este problema sido resolvido mediante um ajuste com o Ministério das Finanças que veio a atribuir-lhe somente o montante que seria realista realizar, tendo a taxa de realização, de acordo com esta disponibilidade se situado a volta dos 92 %.



### **3.4 – Estado de avanço dos indicadores**

Os projectos implementados estão de acordo com as metas estabelecidas pelos indicadores do DECRP I, Apoio Orçamental e Objectivos do Milénio.

Assim, os projectos em implementação privilegiaram os sectores de Ordenamento do território com vista à uma utilização sustentável, equilibrada e harmoniosa do território, Abastecimento de Água, Saneamento Básico, Gestão dos Recursos Naturais, Seguimento da Qualidade Ambiental e promoção de um turismo sustentável.

#### **Indicador 1: Técnicos do MAA para seguimento da politica ambiental**

**Meta 2007:** 5 delegações do MAA com técnico para seguimento da Política Ambiental

**Estado:** Neste momento, seis delegações (Boavista, Sal, Maio, São Vicente, São Nicolau e São Domingos) possuem técnicos que fazem o acompanhamento mais sistemático da política ambiental, sendo que as outras cinco o fazem de forma pontual. Nos casos da Boavista, Sal e São Domingos são técnicos contratados pela DGA.

#### **Indicador 2: Instrumento de seguimento da execução financeira do PANA II**

**Meta 2007:** Instrumento definido

**Estado:** O seguimento é feito através do sistema SIGOF existente no Ministério das Finanças e Administração Pública, instrumento esse que está a ser melhorado para que a DGA, assim que estiver ligada à rede do Governo, possa mais facilmente aceder às informações de todos os investimentos para o ambiente dos diferentes sectores.

Devido a mudança de instalações da Direcção Geral do Ambiente no mês de Dezembro, a ligação à rede do Governo ainda não se concretizou.

#### **Indicador 3: Sistema de Seguimento da Qualidade Ambiental**

**Meta 2007:** Sistema finalizado

**Estado:** Já foram priorizados os seguintes indicadores a serem seguidos:

- Acesso a água potável
- Concentração de óxidos de carbono no ar
- Índice de áreas protegidas
- Espécies inventariadas da fauna terrestre
- Espécie inventariada da fauna marinha

Neste momento encontra-se em fase de contratação dos técnicos e do consultor que irão dedicar-se ao arranque do sistema. Os protocolos com as Instituições produtores dos dados relativos aos indicadores deverão ser assinados em Abril.

Pretende-se ter o primeiro relatório de seguimento em Janeiro de 2009.

#### **Indicador 4: Proporção de projectos de investimento com EIA (Estudo de Impacto Ambiental) monitorizados pela DGA**

**Meta 2007:** 15% dos projectos monitorizados

**Estado:** Em 2007 foram monitorizados 13 empreendimentos com EIA, representando 32,5% dos projectos com EIA aprovados, cujas actividades já se iniciaram.

Desde de 2005 foram aprovados 82 projectos pelo membro do Governo responsável pela área do Ambiente, sendo que 40 destes projectos iniciaram as actividades até 2007.

Os empreendimentos priorizados para monitorização foram os de pedreiras e de hotelaria.

Vale destacar que a DGA possui uma base de dados com informações dos projectos que deram entrada para Avaliação de Impacte Ambiental e que a mesma está disponível no [www.sia.cv](http://www.sia.cv).

#### **Indicador 5: Território coberto por planos de ordenamento do território aprovados e executados**

**Meta 2007:** 1 EROT e 10 Planos Urbanísticos aprovados

**Estado:** Devido a constrangimentos de ordem institucional não foi possível alcançar a meta prevista para este ano, em relação a conclusão de 1 EROT.

Os EROTs iniciados de Santiago, Fogo e Santo Antão, encontram-se ainda na 1ª fase, correspondente a Análise de Diagnóstico. Nesta fase para além do relatório foram apresentados as sínteses dos Diagnósticos e Linhas Orientadoras.

Para terminar a 1ª fase, falta a apresentação pública do relatório pelo Consórcio responsável pela elaboração dos mesmos, em data ainda a definir pelo Governo.

Os planos urbanísticos, referidos na meta, correspondem, de acordo com a legislação, a um pacote de planos hierarquizados da seguinte forma: Plano Director Municipal – PDM, Plano de Desenvolvimento Urbano – PDU, e Planos Detalhados – PD.

Se considerarmos esta definição, podemos dizer que a meta ficou aquém do programado, uma vez que não houve financiamento para iniciar novos planos e somente o Plano Director Municipal de São Domingos foi aprovado pela Assembleia Municipal, e os outros planos elaborados dizem respeito a Planos de Desenvolvimento Urbano e Planos Detalhados.

Numa situação ideal deve ser elaborado o PDM de todos o Município, depois um Plano de Desenvolvimento Urbano cujos limites vêm propostos no PDM, e por ultimo devem ser elaborados os Planos detalhados de Zonas específicas.

Infelizmente dada a insuficiência de financiamento, as Câmaras têm optado na maior parte das vezes pela elaboração de planos detalhados com vista a

resolução de problemas relacionados com a disponibilização de lotes para construção.

Com recurso à verba disponibilizada no âmbito do PANA II a Direcção Geral do Ordenamento do Território fez o acompanhamento do processo de elaboração dos planos especificados no anexo 2, planos esses que são financiados pela cooperação austríaca.

### **Indicador 6: Taxa de cobertura da população com águas residuais tratadas em ETAR**

**Meta 2007:** 14% da população

**Estado:** Actualmente existem duas ETAR em funcionamento (Mindelo e Praia), 1 ETAR finalizado (Tarrafal de Santiago), 2 em construção (Santa Maria e Pedra Badejo).

A taxa da população ligada a rede de esgotos com tratamento em ETAR ronda os 22,5% da população na cidade da Praia e os 75% na cidade do Mindelo o que equivale a **17%** da população de Cabo Verde. A meta foi atingida.

### **Indicador 7: Taxa de cobertura da recolha e depósito em lixeira confinada dos resíduos sólidos**

**Meta 2007:** 30% da população

**Estado:** Neste momento existem 6 lixeiras confinadas (São Vicente, Sal, São Miguel, Tarrafal-SN, Ribeira Brava e Santa Catarina-ST), e 6 lixeiras municipais improvisadas (Praia, Paul, Porto Novo, Tarrafal-ST, São Filipe, Maio) que cobrem cerca de 30% da população nacional.

Desde modo a meta estabelecida para 2007 foi alcançada, e vale realçar que 70% dos municípios possuem um sistema de recolha de resíduos sólidos sistematizado, que vem sendo reforçado anualmente com aquisições de camiões de lixo, contentores etc.

Com o arranque do 3º Plano Sanitário dos municípios de São Vicente e Praia, a gestão dos resíduos sólidos e líquidos vai melhorar de forma significativa, uma vez que se prevê a construção do aterro sanitário em São Vicente, e a extensão das redes de água e saneamento das Cidades do Mindelo e da Praia.

### **Indicador 8: Plano de gestão dos resíduos hospitalares**

**Meta 2007:** Plano finalizado

**Estado:** O plano foi finalizado, tendo iniciado a sua execução em 2007. Dotado de quatro eixos estratégicos a saber: (1) formação dirigida ao pessoal de hospitais e centros de saúde susceptível de manipular resíduos, (2) aquisição de materiais e equipamentos para o pessoal encarregue da limpeza das estruturas de saúde, (3) aquisição de equipamentos de maior porte – incineradoras e (4) Informação, Comunicação e Educação dirigida ao público em geral.

De acordo com o Plano, os dois Hospitais Centrais devem dispor de uma incineradora de grande porte, e os Hospitais Regionais e Centros de Saúde de incineradoras de pequeno porte.

Neste momento, somente o Hospital Central da Praia dispõe de incineradora, estando previsto a instalação até o final de 2008, das incineradoras das estruturas de saúde de Santa Catarina, Fogo, Maio e Boavista.

**Indicador 9: Numero de áreas protegidas com Planos de Gestão implementados**

**Meta 2007:** 1 plano finalizado e 7 em Elaboração

**Estado:** 1º Draft de 3 Planos de Gestão elaborados (Parques Naturais do Fogo, Serra Malagueta e das Zonas Húmidas).

Encontram-se em elaboração os Planos de Gestão do Parque Natural de Monte Gordo, da Reserva Natural Marinha da Baía Murdeira e da Reserva Integral de Santa Luzia e ilhéus.

**Indicador 10: Plano de Gestão dos Recursos da Pesca e Plano Nacional de Fiscalização das Actividades da Pesca**

**Meta 2007:** Plano concluído e aprovado

**Estado:** Em curso a implementação do Plano de Gestão dos Recursos da Pesca (2004-2014). Elaboração de estudos conforme as recomendações do Plano de Gestão para a elaboração das medidas de gestão, com vista à publicação do Plano Executivo Bianual (2007-2008).

O Plano Nacional de Fiscalização das Actividades da Pesca foi apresentado e validado em atelier e aprovado em Conselho Nacional das Pescas. O Plano contém um orçamento para a sua implementação que deve contar com o concurso das diferentes instituições implicadas no processo. O Plano foi elaborado pela Direcção Geral das Pescas que coordenou, Guarda Costeira e Capitánias dos Portos.

**Indicador 11: Plano de Acção de Turismo Sustentável**

**Meta 2007:** Plano Aprovado

**Estado:** Foi elaborado o Código de Conduta para o turismo sustentável, o qual foi apresentado publicamente em atelier para recolha de subsídios, para posteriormente ser subscrito por todos os intervenientes.

Ficou acordado que este primeiro código deverá ter um carácter geral para todos os intervenientes do sector, seguido da elaboração e publicação de manuais específicos para os operadores, para a conservação dos recursos, e outros.

Vale realçar que foi tomado a decisão de ser os subscritores do Código a valida-lo e não o Conselho de Ministros, para se evitar possíveis imposições.

Iniciou-se a elaboração do Master Plan para o sector do Turismo.

**Indicador 12: Numero de Auditorias ambientais realizadas em unidades industriais oficialmente registadas**

**Meta 2007:** 40 auditorias realizadas

**Estado:** foram realizadas 42 auditorias às unidades industriais oficialmente registadas (anexo 4).

**Indicador 13: Estimativa da percentagem de areia consumida em CV com origem legal**

**Meta 2007:** 45%

**Estado:** A percentagem de areia legal consumida em 2007 foi de **49,5%** da areia total consumida (anexo 5). Isso deve-se ao aumento do número de empresas licenciadas que dedicam a produção de areia mecânica no país, o que possibilitou uma maior oferta desde produto no mercado.

Esse dado foi calculado baseando-se nos dados de importação e produção de cimento, dados da importação de areia e dados das centrais de britagem sobre a produção de areia mecânica.

**Indicador 14: Percentagem de energia renovável total produzida (Taxa de penetração)**

**Meta 2007:** 3%

**Estado:** Actualmente a taxa de penetração de energia renovável em Cabo Verde é de 3,2%, sendo maioritariamente de proveniência Eólica e em menor escala Solar e Térmica.

**Indicador 15: Planos de Acção para a introdução da temática ambiental nos curricula escolares**

**Meta 2007:** Plano de Acção para a integração da temática de educação ambiental no currículo escolar do ensino básico, secundário aprovado e implementação iniciada

**Estado:** A equipa de revisão curricular está a trabalhar na integração da educação ambiental nos curricula escolares (Pré-escolar, Ensino Básico e Secundário)

## **4. BALANÇO DOS PROJECTOS IMPLEMENTADOS**

Em 2007, com o objectivo de alcançar as metas previstas tanto nos Objectivos do Milénio, como no DECRP I e na matriz de indicadores do Apoio Orçamental priorizaram-se os projectos nas quatro áreas prioritárias: Saneamento Básico, Gestão dos Recursos Hídricos, Gestão sustentável da Biodiversidade e Ordenamento do Território.

### **4.1 - Recursos hídricos**

Considerado um dos sectores prioritários no âmbito da Política Nacional para o Ambiente – PANA II, os Recursos Hídricos é o sector onde se verificam os maiores avanços.

Apesar de Cabo Verde já ter atingido os objectivos do milénio no capítulo referente ao acesso a água potável (85% da população geral com acesso a água potável), os esforços estão sendo canalizados na resolução das disparidades existentes entre ilhas e entre concelhos.

A nível nacional, 84% da população tem acesso a água potável, sendo que somente as ilhas de Santiago e Fogo estão abaixo da média nacional (QUIBB 2006).

Tendo conhecimento desses dados, tanto os municípios, como o Governo vem multiplicando os esforços no sentido de dotar as populações de água potável e preferencialmente através de ligações domiciliárias.

A nível nacional 39,4% da população está ligada a rede de água domiciliária, sendo os piores índices registados nos Municípios de Ribeira Grande de Santiago e São Salvador do Mundo.

Os Municípios da Ribeira Grande –SA, Mosteiros e Brava, que contam neste momento com mais de 80% das populações ligadas a rede domiciliária de água, conseguiram melhorar os seus dados devido aos investimentos realizados nos últimos 3 anos, no âmbito do PANA II. Esses municípios prevêem atingir os 100% de ligações domiciliárias até o final de 2008.

Com implementação do 3º Plano Sanitário de Praia, este município poderá ver a situação de ligações a rede de água domiciliárias melhorada, uma vez que o mesmo prevê a extensão da rede de água e saneamento.

### **4.2 - Saneamento Básico**

De uma forma global, Cabo Verde tem alcançado as metas propostas nos Objectivos do Milénio, nomeadamente no que diz respeito ao acesso a água potável, mas no que diz respeito à gestão de resíduos sólidos e líquidos os resultados estão aquém dos previstos. Isto é devido ao facto, de as responsabilidades da gestão do sector serem partilhadas por várias instituições, não havendo contudo uma Entidade responsável para a implementação das estratégias existentes.

Segundo os dados do QUIBB 2006, 30,4% da população a nível nacional dispõe de uma ligação a rede de esgotos ou fossa séptica, sendo que mais de 53% dessas ligações concentram-se nas áreas urbanas.

Tendo por base os dados do QUIBB 2006, e no sentido de reverter esse quadro, o Governo Central, estabeleceu que nos próximos 3 anos, serão priorizados os projectos que visam o aumento do numero de população ligada a uma rede de esgotos ou fossa séptica e a melhoria dos sistemas de recolha, acondicionamento e tratamento dos resíduos sólidos.

Neste sentido foi assinado uma Convenção com a União Europeia, para o financiamento do projecto Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos da Ilha de Santiago, prevista para iniciar em finais de 2008.

Para além disso, em 2008 terão inicio a construção da ETAR do Município de São Miguel, a conclusão das ETAR de Santa Maria e Pedra Badejo com financiamento do Fundo Kuwait e BADEA respectivamente, e ainda o inicio da implementação do 3º Plano Sanitário dos Municípios de São Vicente e Praia, que prevê a construção de uma lixeira controlada em Mindelo e extensão das redes de agua e saneamento desses dois Municípios.

Destacamos a iniciativa da escola “Padre Usera” em São Vicente, que fabricou um modelo de máquina de trituração de vidro. Esta escola rubricou protocolos com as Câmaras Municipais para o fornecimento de algumas máquinas a serem utilizadas em cada município com o objectivo de reutilização de garrafas de vidro melhorando assim o nível de saneamento nos municípios.

### **4.3 - Gestão da Biodiversidade**

O ano de 2007 pode ser considerado o da materialização dos vários projectos, com vista uma gestão sustentável da Biodiversidade.

Vários avanços foram conseguidos nomeadamente:

- Planos de Gestão dos Parques Naturais de Serra Malagueta e do Fogo Elaborados
- Planos de gestão das áreas marinhas protegidas da Baía da Murdeira e da Ilha de Santa Luzia e Ilhéus e do Parque Natural do Monte Gordo em fase de elaboração.
- Elaboração dos Estudos de Caracterização Ecológica e sócio-economica da Baía da Murdeira
- Elaboração do 1º Draft do Plano de Gestão das Zonas Húmidas, dos Planos Nacionais de Conservação das Tartarugas Marinhas e das Aves
- Promoção de pesca sustentável com a implementação do Plano de Gestão dos Recursos da Pesca e implementação das suas recomendações nomeadamente, a Elaboração de estudos para a implementação de medidas de gestão, com vista à publicação do Plano Executivo Bianual (2007-2008)
- Identificação de mais uma área a ser protegida na ilha da Brava (Fajã d'água) que será incluída na rede de áreas protegidas.

- Aumento das áreas verdes das zonas urbanas dos municípios com a fixação de 7.635 mudas de plantas.
- Reflorestação com mais de 10.000 plantas endémicas
- Projectos de ordenamento das bacias hidrográficas em fase adiantada de implementação
- Melhoria na avaliação dos EIA, com a formação prática dos técnicos da Direcção Geral do Ambiente em matéria de Avaliação e Inspeção Ambiental. Essa formação foi realizada no âmbito do projecto de cooperação com o Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território de Portugal.
- Aumento das fiscalizações ambientais, tendo sido instruído vários processos de contra ordenação a projectos sujeitos a apresentação de EIA que não respeitaram o estipulado na lei.
- Proposta de Lei que regulamenta a produção, importação, exportação e utilização e re-exportação de substancias que empobrecem a camada de ozono aprovada.

Com vista a resolução da problemática da Areia, foi promovida pela Ordem do Engenheiros, um fórum publico de onde saíram várias recomendações sobre as medidas a serem tomadas tanto pelo sector publico, como pelo sector privado na resolução desse problema, a saber:

- Aumento dos benefícios fiscais às empresas de construção civil que utilizam métodos alternativos à utilização de areia na construção.
- Eleger a matéria-prima "Areia para construção" como *bem de primeira necessidade*, atendendo à dimensão nacional do problema. Nessa medida deve-se procurar estender à importação os benefícios fiscais já concedidos à produção de areia;
- Estender, por períodos mais alargados, as licenças precárias de pedreiras que adoptem ou realizem investimentos em equipamentos para produção de areias mecânicas.
- Regulamentar a importação de areia nos moldes parecidos aos da legislação que disciplina a extracção de areia natural.
- Importação de cimento com areia misturado (existe uma empresa no mercado que já comercializa o produto).
- Utilização de tecnologias na construção civil que utilizam pequenas quantidades de areia. Ex: Sambala Village e Santiago Village

Neste momento existem 7 empresas licenciadas que produzem areia mecânica, tendo sido produzido em 2007 cerca de 256.672 Toneladas<sup>1</sup>. Existem mais 7 empresas cujos EIA já estão aprovados devendo iniciar as actividades brevemente (Inteco, CVBI Sal, SGL, Betões Boavista, CVBI São Vicente, Polinertes, Pedreira Empil)

---

<sup>1</sup> Faltam dados de 1 das empresas licenciadas



Já existe no mercado uma empresa que importa areia da Mauritânia e Marrocos, tendo sido importado em 2007, o total de 47.107 toneladas.

#### **4.4 - Ordenamento do Território**

Considerado o sector chave para um desenvolvimento sustentável do ambiente, o Ordenamento do Território tem sido uma prioridade da parte dos sectores e municípios e isso traduz-se em vários resultados como sejam:

- A Elaboração do 1º Draft do Ante – projecto sobre regulamentação da Lei Bases Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico, que aguarda análise e apreciação, para prosseguir depois com discussão alargada.
- Sistema de Informação Territorial em fase de preparação
- A Elaboração dos primeiros Draft do PDM dos Municípios do Porto Novo e da Praia
- Aprovação do PDM de São Domingos, estando-se neste momento a aguardar a sua publicação no Boletim Oficial

#### **4.5 – Informação, Educação e Comunicação para o Ambiente**

Eleito um dos pilares base para a promoção do desenvolvimento sustentável, o sector da educação e informação ambiental tem vindo a merecer maior atenção por parte do sector público, sector privado e da Sociedade Civil.

Pode-se considerar que em 2007, que as questões ambientais começaram a ter um maior destaque e isso pode ser verificado pelos seguintes resultados:

- O Sistema de Informação Ambiental - SIA vem funcionando normalmente e tem desempenhado um papel importante na divulgação das informações referentes ao ambiente de uma forma geral, incidindo de forma particular na divulgação da legislação, dos eventos realizados e bibliografia existente, tendo recebido em 2007 um total de 251071 visitas.
- Realização do Festival de Juventude que teve como tema central a Protecção e Conservação do Ambiente, onde decorreram oficinas sobre reciclagem, campanhas de plantação de árvores, visitas a áreas protegidas, gincanas ambientais, recolha de plásticos.
- A nível dos municípios, as Equipas Técnicas Ambientais continuam com seus programas de IEC dirigidos as comunidades locais e as escolas, tendo alcançado grandes progressos nomeadamente no sector de recolha de resíduos sólidos.
- Destaca-se um maior envolvimento dos órgãos de comunicação social na promoção da reflexão sobre as questões ambientais, tendo sido emitidos programas sobre o ambiente em Cabo Verde, na TCV - Televisão de Cabo Verde e na RTP África e ainda a apresentação do

documentário sobre as mudanças climáticas, cujo autor foi laureado com o prémio Nobel da Paz.

- A Rádio Educativa no âmbito do PAIS Educação vem emitindo programas de formação em educação ambiental destinada aos professores e tem participado nas campanhas de sensibilização e educação para o saneamento.
- Vale realçar que uma Rede de Jornalistas para o Ambiente está em constituição, tendo já sido elaborado os Estatutos que se encontram em discussão dentro da classe jornalística.
- Destaca-se ainda as iniciativas do Presidente da República e da Rede Parlamentar para o Ambiente, que realizaram um debate público sobre as mudanças climáticas e projecto Jovens 100 Plásticos e o Fórum sobre as Energias Renováveis, respectivamente.

**A Sociedade Civil**, nomeadamente as Associações Comunitárias de Base, as Associações de cariz ambiental e a Plataforma das ONG's, tem desempenhado um papel de importância extrema, na promoção de comportamentos e atitudes positivas em relação ao ambiente, com a realização e promoção de vários projectos junto das comunidades e escolas.

Destaca-se o trabalho da ONG Biosfera na protecção e conservação da Cagarra que é uma espécie em vias de extinção.

Foram financiadas através do Fundo Nacional do Ambiente diversos projectos apresentados pelas ONG, onde se destacam os seguintes: (i) Projecto Bandeira Azul promovido pela Associação para a Defesa do Ambiente e Desenvolvimento – ADAD, que consiste na protecção e conservação das praias; (ii) Projecto Gestão dos Óleos Usados promovidos pela Associação Garça Vermelha; (iii) Projecto Sensibilização Ambiental para conservação do Monte Verde e reflorestação de áreas urbanas, promovida pela Associação dos Amigos da Natureza; (iii) Projecto Reabilitação de uma antiga lixeira, promovida pela Sociedade Morabeza e Sodade, que consistiu na recuperação do antigo espaço utilizado como lixeira municipal e sua transformação em um miradouro com zona pedonal de um dos percursos de eco-turismo do Concelho do Paul; (iv) Projecto de Edição de Brochuras e DVD das espécies animais e vegetais da orla marítima de Santiago.

Destacam-se as rádios comunitárias, (Rádio Ponta d'água, Rádio Voz de Santa Cruz, Rádio Comunitária da Brava, Rádio Comunitária Mosteiros, Rádio Comunitária do Paul, Rádio Comunitária de São Miguel, Rádio Comunitária do Maio) que tem vindo a trabalhar continuamente com as escolas e ONGs e grupos de teatro, na promoção de hábitos e comportamentos amigos do ambiente, com maior ênfase no sector do saneamento básico e protecção de espécies em vias de extinção.

## 5. INVESTIMENTOS REALIZADOS NO SECTOR AMBIENTAL em 2007

Sector Ambiental Execução PPIP 2007	Tesouro	FCP	Donativo	Empréstimo	TOTAL
Turismo	181.830,00		2.987.704,00		3.169.534,00
Pescas			17.740.552,00		17.740.552,00
Sector agrário e desenv. rural	196.991.493,00	25.000.000,00	363.402.977		585.394.470,00
Educação			24.217.474,00		24.217.474,00
Cultura e Património cultural	31.530.787,00		14.063.052,00		45.593.839,00
Saúde			2.658.203,00		2.658.203,00
Ordenamento do Território	2.500.000,00		57.234.963,00		59.734.963,00
Protecção e conservação do Ambiente	24.913.610,00	40.816.055,00	819.344.242,00	78.228.946,00	963.302.853,00
Promoção e Reforço Saneamento Básico:	222.910.970,00	12.536.059,00	422.646.370,00	267.046.508,00	925.139.907,00
Abastecimento Distribuição Água	187.783.978,00	10.258.492,00	280.643.345,00	252.046.508,00	730.732.323,00
Recolha Tratamento Águas Residuais	35.126.992,00	2.277.567,00	122.003.025,00	15.000.000,00	174.407.584,00
Recolha Tratamento Resíduos Sólidos			20.000.000,00		20.000.000,00
Energia	2.93.491,00		65.528.513,00		94.329.040,00
<b>TOTAL</b>	<b>481.122.181,00</b>	<b>78.352.114,00</b>	<b>1,790.002.573,00</b>	<b>371.803.967,00</b>	<b>2.721.280.835,00</b>

Milhões de ECV

	<i>Prog</i>	<i>Exec.</i>	<i>%</i>
<b>Orçamento do Estado total</b>	<b>40.381</b>	<b>36.254</b>	<b>90</b>
<i>Despesas Correntes</i>	<i>24.041</i>	<i>22.753</i>	<i>95</i>
<i>Despesas de Investimentos</i>	<i>16.340</i>	<i>13.501</i>	<i>83</i>
<b>Despesas no Sector Ambiental</b>		<b>2.721</b>	

Fonte: Relatório Contas Provisórias de 2007 – MFAP Março 2008

Obs: O Sector do Ambiente em termos de Execução do Programa de Investimento Representa 20 % do Total executado, isto é 2 721 Milhões de Escudos

## 6. RECOMENDAÇÕES

- Recomenda-se maior articulação entre os sectores e municípios na implementação dos projectos do PANA II.
- Maior participação das ETMA na implementação das actividades sectoriais ao nível local.
- Recomenda-se a revisão da legislação da ligação a rede de esgotos, por esta se encontrar desactualizada e ser desencorajadora.
- Recomenda-se a concentração dos projectos nas áreas prioritárias
- Recomenda-se a elaboração de uma proposta ao Governo para a criação de uma estrutura nacional de coordenação da política do saneamento básico
- Reforço dos mecanismos de planeamento, seguimento e avaliação dos projectos implementados
- Criação de uma equipa multi-sectorial de acompanhamento e avaliação dos projectos em implementação
- Elaboração de um manual de procedimentos com critérios de aprovação dos projectos
- Concentração das verbas disponibilizadas aos sectores em projectos prioritários de acordo com o diagnóstico de cada sector- documento PANA II

## **BIBLIOGRAFIA**

Relatórios Planos Ambientais Municipais Ano 2007 – Municípios de Cabo Verde, 2007

Relatórios Planos Ambientais Inter-sectoriais Ano 2007 – MS, MDOTH, MAA, MECC, MEES, MITM, INGRH, INIDA, INDP, 2007

Relatório de Progresso da Implementação do Pana II – Ano 2006-, Direcção Geral do Ambiente, Praia, Junho. MAA (2007)

Implementação do Sistema de Seguimento de Qualidade Ambiental – SSQA, MAA- Praia, Novembro (2007) .

Estadísticas da DGA - Seguimento dos EIA e realização de auditorias, Praia 2008

ADA e AECI (2007) 'Avaliação do progresso e recomendações para reforçar o quadro de apoio orçamental', Junho e Novembro de 2007

Orçamento Geral do Estado – Ministério das Finanças e Administração Pública, Março 2008

Dados Importação de Areia – Direcção Geral das Alfandegas -Praia, 2008

QUIBB 2006 – Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde

# ANEXOS

Anexo 1 : Projectos Implementados nos Municípios ano 2007

Município	Projectos	Resultados Alcançados
<b>R<sup>a</sup> Grande</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço institucional</li> <li>• IEC para o Ambiente</li> <li>• Reforço do Sistema de Abastecimento de Água</li> <li>• Recolha, acondicionamento e tratamento dos resíduos sólidos</li> <li>• Saneamento Básico</li> </ul>	<p>Melhoria do sistema de recolha de resíduos sólidos com aquisição de um camião de recolha com 20m3 de capacidade</p> <p>80% Das famílias do concelho com ligadas a rede de água domiciliária;</p> <p>Construção de 29 sanitários ligados a rede de esgotos (fossa comunitárias), beneficiando 30 famílias;</p> <p>60 Famílias ligadas a rede de esgoto comunitária</p> <p>Duas redes de esgotos comunitárias construídas</p> <p>Uma praia reabilitação</p> <p>Requalificação de uma área verde</p> <p>800 Habitantes ligadas a rede eléctrica</p> <p>Produção e distribuição de matérias de sensibilização e informação ambiental</p>
<b>Paul</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Saneamento Básico - Requalificação Urbana</li> <li>• Abastecimento de água</li> <li>• Recolha e tratamento e acondicionamento dos resíduos sólidos</li> <li>• Reforço institucional</li> </ul>	<p>44 Sanitários ligados a fossas sépticas (44 famílias beneficiadas)</p> <p>50 Famílias do concelho ligadas a rede domiciliária de água</p> <p>Criação de 3 espaços verdes</p>
<b>Porto Novo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Formação e informação para o Ambiente</li> <li>• Reforço do sistema de abastecimento de água</li> <li>• Criação de espaços verdes e requalificação de espaços urbanizados</li> <li>• Elaboração do Plano Director Municipal</li> <li>• Reforço institucional</li> <li>• Recolha, Tratamento e acondicionamento dos resíduos sólidos</li> </ul>	<p>256 Ligações a rede domiciliária de água</p> <p>3.000 pessoas ligadas a rede de água</p> <p>Requalificação urbana de 3 bairros</p> <p>Produção de 3.100 mudas de plantas</p> <p>Melhoria da recolha de resíduos com aquisição de papeleiras (25) e contentores (115)</p>

<b>São Vicente</b>		
<b>Tarrafal SN</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Extensão de rede de água a domicílio</li> <li>• Construção Mercado Municipal – vila de Tarrafal.</li> <li>• Transferência das pocilgas das áreas urbanas e peri-urbanas.</li> <li>• Reforço do sistema de recolha e gestão de resíduos sólidos</li> </ul>	<p>20 famílias ligadas a rede de agua a domicilio</p> <p>120 Famílias beneficiadas com a pocilga comunitária</p> <p>Aquisição de matérias de reforço para o sistema de recolha de resíduos</p>
<b>Ribeira Brava</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção do Mercado de Fajã</li> <li>• Projecto construção de casa de banho nas moradias dos mais desfavorecidos,</li> <li>• Projecto transferência de pocilga das áreas urbanas e peri- urbanas para zonas adequadas, através de construção de pocilgas comunitárias</li> <li>• Projecto de instalação da rede de agua domiciliaria nas localidades de Belém e vale de Ribeira brava</li> <li>• Projecto de construção do reservatório de agua em Juncalinho</li> <li>• Projecto da água do Torno / Ventoso/ Caldeira e de Reabilitação e Extensão da Rede de Abastecimento de Agua da Vila da Ribeira Brava</li> <li>•</li> </ul>	<p>57 Famílias ligadas a rede domiciliaria de agua</p> <p>34 Famílias beneficiárias pela construção do reservatório de agua</p>



**Relatório de Progresso da Implementação do PANA II – Ano 2007**

<b>Sal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apoio aos Suinicultores do Município</li> <li>▪ Melhoria das Condições Sanitárias de Habitações Carenciadas do Município</li> <li>▪ Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos no Município</li> <li>▪ Informação, Educação e Comunicação.</li> </ul>	<p>Construção de pocilga municipal 680 pessoa/ 142 famílias beneficiada pela construção de casa de banho          3 camião de lixo (10m3, 20m3 e 24m3          1a Olimpíadas do Ambiente envolvendo mais de 2500 alunos do 6º ao 12º ano de escolaridade</p>
<b>Boavista</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projecto Juventude E Protecção Do Meio Ambiente</li> <li>• Projecto Saneamento Básico</li>   <li>• Projecto Apoio A Construção De Pocilga</li> <li>• Projecto Apoio A Construção e Melhoria Nas Sanitárias Nas Habitações</li> <li>• Projecto Apoio Na Ligação À Rede Pública De Abastecimento De Agua</li> <li>• Promoção De Eco – Turismo</li> <li>• Estabelecimento E Manutenção De Áreas Florestais</li> </ul>	<p>96 pessoas/ 23 famílias beneficiadas na construção e remodelação de casa de banho          10 jovens agricultores beneficiaram com materiais do sistema rega          Substituição de 16 contadores e fornecimento de 20 contadores de agua, 60 consumidores          4500 Guias e mapa turística (2.000 Português, 1.000 Inglês e 1500 Italiano)          600 Jovens estudantes ciclos de ensino participaram nos dias comemorativas do Ambiente</p>
<b>Maio</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reforço do abastecimento de agua</li> <li>▪ Protecção de espécies em extinção</li> <li>▪ Reforço da Gestão de Resíduos</li> <li>▪ Reforço Institucional</li> </ul>	<p>20 Formandos no curso à distancia educação ambiental          Produção de desdobráveis e autocolantes</p>

<b>Praia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço Institucional</li> <li>• Reforço da capacidade material e financeira da CMP</li> <li>• Elaboração e implementação do Plano Verde da Praia</li> <li>• IEC para o saneamento</li> </ul>	<p>Aquisição 153 Contentores</p> <p>Aquisição de Camião de lixo</p> <p>Aquisição de Camião grua</p> <p>Construção de casa de banho e ligação a rede de esgotos em 44 casas</p>
<b>Ribeira Grande de Santiago</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Abastecimento de agua as populações</li> <li>▪ Gestão dos Resíduos Sólidos</li> <li>▪ IEC para o ambiente</li> <li>▪ Reforço institucional</li> </ul>	<p>Aquisição de um autotanque</p> <p>15 Contentores de 240lts</p>
<b>São Domingos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projecto Aquisição de equipamentos e materiais de saneamento Básico</li> <li>• Projecto Formação de Agentes de fiscalização</li> <li>• Projecto Construção de bebedouro para animais</li> <li>• Projecto Alargamento da rede domiciliária de abastecimento de água potável</li> <li>• Projecto Construção de reservatório para aprovisionamento de água potável</li> <li>• Projecto Construção de cisternas familiares para captação e armazenamento de águas de chuvas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 150 Contentores (100 de 240lts</li> <li>• 240 Famílias beneficiariam de rede de água domiciliária</li> <li>• Construção de reservatório 50m3</li> <li>• 16 cisternas familiares</li> </ul>
<b>Santa Cruz</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reforço Institucional</li> <li>▪ Educação Ambiental para Gestão dos recursos Naturais</li> <li>▪ Criação de espaços verdes</li> </ul>	
<b>São Lourenço dos órgãos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reforço Institucional</li> <li>▪ Recolha e tratamento do lixo</li> <li>▪ Formação para o Saneamento Básico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Campanhas de limpezas nas encostas, nos leitos das ribeiras,</li> <li>▪ Aquisição de materiais de protecção para o pessoal do saneamento básico,</li> <li>▪ Aquisição de 1 camião de lixo, 42 contentores de 800litros, 100 contentores de 240litros e 25 carrinhos</li> </ul>

Relatório de Progresso da Implementação do PANA II – Ano 2007

		<p>de mão.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Formação de docentes e alunos em saneamento básico</li> </ul>
<b>Santa Catarina-Santiago</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reforço do Saneamento básico</li> <li>▪ Gestão dos resíduos Sólidos</li> <li>▪ Espaços Verdes</li> <li>▪ Reforço Institucional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Construção de 50 casa de banho/50 família beneficiadas</li> <li>▪ Construção de 20 cisternas/20 famílias beneficiadas</li> <li>▪ Conclusão de uma pocilga comunitária/21 famílias beneficiadas</li> <li>▪ 3 espaços verdes criados/ 40 arvores e 300 arbustos</li> <li>▪ Manutenção em 12 espaços verdes</li> <li>▪ Um parque de lavagem de viaturas</li> <li>▪ 16 palestras sobre IEC</li> <li>▪ 12 campanhas de limpeza</li> <li>▪ 2 exposições sobre o saneamento</li> <li>▪ Concurso inter-turmas</li> <li>▪ 5 visitas de estudos a lugares de interesse para o ambiente</li> <li>▪ Apoio à construção de um reservatório em Mancholin e um marco fontanário em Achada Lém</li> </ul>
<b>São Salvador do Mundo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Projecto Gestão de Resíduos Sólidos</li> <li>▪ Projecto Alargamento de Rede domiciliar de água</li> <li>▪ Projecto Cisternas Comunitárias</li> <li>▪ Projecto IEC para Saneamento</li> <li>▪ Projecto Reforço Institucionais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Construção de 4 cisternas</li> <li>▪ Início de 10 cisterna familiares</li> <li>▪ Aquisição de 350 plantas para embelezamento de duas praças</li> </ul>

**Relatório de Progresso da Implementação do PANA II – Ano 2007**

<p><b>São Miguel</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Construção de cisternas familiares</li> <li>▪ Promoção e aproveitamento de energias renováveis</li> <li>▪ Reforço institucional</li> <li>▪ IEC para o saneamento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 40 cisternas familiares/300 pessoas beneficiadas</li> <li>▪ 8,05 km de estrada de acesso Construídas</li> <li>▪ 40 casas de banho/ 270 pessoas beneficiadas</li> </ul>
<p><b>Tarrafal Santiago</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reforço Institucional</li> <li>▪ Saneamento básico</li> <li>▪ Gestão de Resíduos Sólidos</li> <li>▪ Abastecimento de água as populações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 19 casas de banhos</li> <li>▪ Vários encontros e reuniões realizadas com comunidades</li> <li>▪ 7 Fardas para fiscais, 100 botas para varredeiras, 50 fatos de macaco</li> <li>▪ 50 Contentores de 800 lts</li> <li>▪ 500 Folhetos informativos</li> </ul>
<p><b>São Filipe</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aquisição de equipamentos de limpeza urbana</li> <li>▪ Infra-estruturas de saneamento</li> <li>▪ Sensibilização para o ambiente</li> <li>▪ Reforço Institucional e Monitorização</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 40 Casas ligadas a rede domiciliária de água e 65 casas em curso</li> <li>▪ Construção de 32 casas de banhos</li> <li>▪ Plantação de 4195 plantas</li> </ul>
<p><b>Santa Catarina Fogo</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço Institucional</li> <li>• Projecto Ligação domiciliária de água</li> <li>• Projecto Recolha e Tratamento de lixo</li> <li>• Projecto Saneamento Básico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 19 Reservatórios na zona de Chã das caldeiras</li> <li>▪ 4 Reservatórios a zona de Cabeça de Fundão e 10 em Estancia Roque</li> <li>▪ 36 Famílias com as fontes de água cobertas</li> <li>▪ 25 Famílias beneficiaram da ligação de água</li> <li>▪ Campanhas de limpezas em todas as localidades</li> <li>▪ Campanhas de sensibilização das populações</li> <li>▪ 100 Casas de banhos foram feitas em todo o Município</li> <li>▪ Limpeza das valas com vista á drenagem de águas pluviais;</li> </ul>

**Relatório de Progresso da Implementação do PANA II – Ano 2007**

<p><b>Mosteiros</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reforço Institucional;</li> <li>▪ Eliminação de excretas</li> <li>▪ Requalificação da Orla Marítima;</li> <li>▪ Conservação da Natureza e Desenvolvimento Sustentável Turismo;</li> <li>▪ Informação, Formação direccionada às escolas.</li> </ul>	<p>270 Ligações domiciliárias de água</p> <p>40 Casas de banhos</p>
<p><b>Brava</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reforço Institucional;</li> <li>▪ Abastecimento de água;</li> <li>▪ Saneamento Básico (Recolha e tratamento dos resíduos);</li> <li>▪ Conservação da Biodiversidade (Reflorestação e Conservação do Solo e da Agua);</li> <li>▪ Informação, Educação e Comunidade para o Ambiente</li> <li>▪ Requalificação Urbana (Restauração e Conservação do Património Edificado);</li> </ul>	

## Anexo 2: Projectos Implementados nos Sectores em 2007

Sector	Projecto	Estado de Execução	Resultados obtidos
<b>Biodiversidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço Institucional da DGA</li> <li>• Sistema de Seguimento da Qualidade Ambiental</li> <li>•</li> </ul>	<p>Em curso</p> <p>Em curso</p>	<p>DGA Reforçada</p> <p>Sistema de Informação Ambiental operacional Indicadores de seguimento ambiental priorizados Protocolos elaborados</p>
<b>Ordenamento do Território</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• EROT de Santiago</li> <li>• EROT de S. Antão</li> <li>• EROT do Fogo</li> <li>• Acompanhamento de 5 PMOT municipais</li> <li>• Enquadramento Legal (regulamentação)</li> <li>• Reabilitação da Rede Geodésica</li> <li>• Montagem de um Sistema de Informação Territorial</li> <li>• Formação / Capacitação de quadros</li> </ul>	<p>Em Curso</p> <p>Em curso</p> <p>Em curso</p> <p>Em curso</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diagnostico da situação e Linhas Orientadoras actual dos 3 EROT entregue</li> <li>• Um PDM (São Domingos) foi concluído e aprovado pela Assembleia Municipal (em Abril 2007). O plano deve ser homologado e publicado no Boletim Oficial.</li> <li>• Cinco PDUs foram concluídos na ilha de Santiago nas seguintes localidades: Litoral de Santiago Maior Centro, Achada Falcão, Litoral de Pilão Cão, Achada Monte, Chão Bom.</li> <li>• Cinco PDs foram concluídos também em Santiago: Vila de São Domingos, Ponta de Achada Fazenda, Cruz Grande, Achadona, Litoral de Chão Bom.</li> <li>• Ante – projecto sobre regulamentação da Lei Bases Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico entregue. O 1º Draft aguarda análise e apreciação, para prosseguir depois com discussão alargada</li> <li>• Reabilitados marcos geodésicos nas ilhas de Boavista, Maio, Sal, Santiago, Fogo e S. Vicente.</li> <li>• Estratégia de implementação em estudo;</li> <li>• Arquitectura do sistema preparada.</li> <li>• Frequência, por parte de técnicos superiores da DGOTH, de mestrados, a distancia, nos domínios do ordenamento do território, do planeamento urbanístico, da cartografia, do cadastro e de sistemas de informação geográfica, tendo em vista a superação técnica e profissional dos mesmos.</li> </ul>

**Relatório de Progresso da Implementação do PANA II – Ano 2007**

<b>Industria Energia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estratégica Nacional para Energias Renováveis – Realização de um Atlas Eólica das ilhas</li> <li>• Inquérito sobre o consumo e capacidade de pagamento de lenha e gás</li> <li>• Estudo Reforço das Capacidades de produção de energia Ilhas Santo Antão, Fogo, S.Nicolau e Boavista</li> </ul>	<p>Finalizado</p> <p>Finalizado</p> <p>Em curso</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Atlas eólico elaborado</li> <li>▪ Dados preliminares finalizados</li> <li>▪ Estudo de viabilidade elaborado e lançamento de concurso em preparação</li> </ul>
<b>Comercio</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço da capacidade institucional</li> </ul>	<p>Em curso</p>	<p>Recrutamento de técnicos</p>
<b>Turismo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração do Código de Conduta do Turismo Sustentável</li> <li>• Elaboração do Master Plan do Turismo</li> <li>• Aumento da eficiência da Administração Turística</li> <li>• Revisão da Leis do Turismo</li> <li>• Formação de Guias Turísticos</li> </ul>	<p>Finalizado</p> <p>Em curso</p> <p>Em curso</p> <p>Em curso</p> <p>Finalizado</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Código finalizado e aprovação em consulta publica. Aguarda aprovação pelos operadores turísticos para depois ser publicado</li> <li>▪ Trabalhos iniciados</li> <li>▪ Capacidade de fiscalização reforçada</li> <li>▪ Revisão da lei das Agencias de Viagens e Turismo</li> <li>▪ 25 guias formados</li> </ul>
<b>Recursos Hídricos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mobilização de água para abastecimento das populações – Fogo – Mosteiros e São Nicolau</li> <li>• Mobilização de agua para rega – ilhas de Santiago e Santo Antão</li> </ul>	<p>Em curso</p> <p>Em curso</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção de: 3 reservatórios, 1 câmara de perda de pressão, 12 câmaras de ventosas e dês descargas de fundo, 1 bebedouro e instalação de 3.780 metros de tubagem em Belém e Morro Brás e 1.200 em Mane Baú.</li> <li>• Construção e equipamento de um furo de 280 metros, com capacidade de mobilização de 120m3/dia e Construção de um reservatório de 100m3 de agua, ambos em Cabeçalinho São Nicolau</li> <li>• Construção de um reservatório de 30m3 e Ligações domiciliárias de 23 famílias das localidades de Ilhéu e Fonte Machado em Santa Cruz</li> <li>• Execução de um furo de 180 metros de profundidade em Leitãozinho - São Salvador do Mundo</li> <li>▪ Execução de um furo de 160-98 de Ribeira da Cruz</li> <li>▪ Execução de um furo de 102 metros de profundidade com capacidade para 120m3/dia para rega e abastecimento das populações em Cidade Velha</li> </ul>

Relatório de Progresso da Implementação do PANA II – Ano 2007

<p><b>Agricultura</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Realização do Inventário Florestal Nacional</li>   <li>▪ Melhoramento de raças</li>   <li>▪ Ordenamento e Valorização da Bacia Hidrográfica de Ribeira Prata – Ilha de S. Nicolau</li> </ul>	<p>Em curso</p> <p>Em curso</p> <p>Em curso</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Equipamentos para o Inventário parcialmente adquiridos;</li> <li>▪ Processos de contratação de consultorias preparado;</li> <li>▪ Termos de Referência e Cronograma de Execução Preparados;</li> <li>▪ Formações Programadas Fevereiro de 2008;</li>   <li>▪ Sensibilização junto dos criadores realizada;</li> <li>▪ Inventariação dos Criadores de Gabo a nível Nacional realizado;</li> <li>▪ Assistência técnica prestada aos criadores;</li> <li>▪ Aquisição de Animais de raça melhorada da espécie bovina, suína, cunícula;</li> <li>▪ Diagnóstico e acompanhamento da situação sanitária;</li> <li>▪ Manutenção do centro de S. Jorge garantida para reprodutores das espécies bovina e cunícula;</li> <li>▪ Infraestruturais de apoio construída (6 Estábulos, 9 Currais melhorados e 5 bebedouros).</li>   <li>▪ 1 Dique de captação reabilitado;</li> <li>▪ 1000 m de arretos construídos;</li> <li>▪ 1 Dique de retenção/ correcção torrencial concluído;</li> <li>▪ 1 Dique de retenção de água subterrânea em construção;</li> <li>▪ 100 m de muros de protecção construídos</li> </ul>
<p><b>Saúde</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementação do Plano de Gestão de Resíduos Hospitalares</li> <li>• IEC para a luta anti-vectorial</li> </ul>	<p>Realizado</p> <p>Realizado</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano implementado em todos os Hospitais Centrais e centros de saúde secundários</li> <li>• Produção e difusão de spot radiofónico e televisivo sobre o paludismo</li> <li>• Produção de 10.000 desdobráveis informativos sobre paludismo</li> <li>• Produção de 12.000 folhetos sobre as doenças diarreicas</li> <li>• Reprodução de 300 cadernos da turminha da saúde</li> <li>• Realização de Eco-oficinas sobre saneamento nos bairros mais problemáticos da cidade da Praia</li> </ul>
<p><b>Educação</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano de acção para integração da temática ambiental nos curriculas escolares (Pré-Escolar, Básico e secundário)</li> <li>• Plano de integração da temática ambiental nos cursos de formação de Professores do</li> </ul>	<p>Em Curso</p> <p>Em curso</p>	<p>1º Draft Concluído</p> <p>1º Draft elaborado</p>



**Relatório de Progresso da Implementação do PANA II – Ano 2007**

	<p>Ensino Básico</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano de integração da temática ambiental nos cursos do Instituto Pedagógico</li> <li>• Produção e divulgação de programas radiofónicos em matéria de ambiente</li> <li>• Elaboração de Módulo de formação em Educação Ambiental – formação profissional</li> <li>• Gestão da rede de educação Ambiental</li> </ul>	<p>Em curso</p> <p>Em curso</p> <p>Em curso (taxa de realização: 70%)</p>	<p>Contratação dos consultores</p> <p>Produção e divulgação de 8 programas radiofónicos</p> <p>Módulo em EA Elaborado.</p> <p>Modulo Experimentado</p> <p>Conteúdos e metodologias de integração da EA na formação profissional testados</p> <p>72 Formandos da formação profissional capacitados</p> <p>Coordenação e seguimento dos Planos de integração efectuados</p>
<p><b>Pescas</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementação do Plano de Gestão dos Recursos da Pesca (2004-2014)</li> <li>• Elaboração e aprovação do Plano Nacional de Fiscalização das Actividades das Pescas (2008-2010)</li> </ul>	<p>Em curso</p> <p>Finalizado</p>	<p>Publicado o Plano Bienal executivo (2007-2008) – Resolução n.º 11/2007</p> <p>Realizado estudos conforme as recomendações do Plano de Gestão, para a elaboração das medidas de gestão.</p> <p>Publicado o diploma que estabelece o regime de autorização previa ao registo de Navios de Pesca Dec-Lei n.º 48/2007</p> <p>Elaboração do Plano de Fiscalização e aprovação em Conselho Nacional das Pescas</p>

## **Anexo 3 – Resumo das Recomendações dos Relatórios de Avaliação dos Parceiros da Ajuda Orçamental**

### **1 - Recomendações para melhorar o impacto do APS no sector do meio ambiente Relatório de avaliação da Missão de 15 à 24 de Maio de 2007**

O relatório faz as seguintes constatações para o sector ambiental:

1. Necessidade de maior progresso na integração ambiental de modo a assegurar a coerência nas políticas do Governo
2. Articulação insuficiente entre a programação da estratégia ambiental e o ciclo orçamental, problema que deve ser resolvido junto do Ministério das Finanças
3. Entendimento por parte do Governo que o apoio orçamental é um projecto financiado pelos doadores
4. O início da implementação do Plano de Reforço institucional DGA/DGPOG que mal começou
5. Capacidade analítica das informações a constar no relatório de implementação do PANA (informações sobre resultados e financeiras) é muito fraca
6. A Direcção Geral do Desenvolvimento Turístico está mal equipada para dirigir, gerir e supervisionar o sector
7. A extracção ilegal de areia continua a ser um problema importante que exige uma resposta enérgica
8. Preocupação quanto às pessoas que são seleccionadas para as comissões de AIA, devido a possíveis conflitos de interesse
9. Os PAIS do Turismo e do Saneamento não implementados devido a falta de revisão dos mesmos
10. Verificou-se que os dados sobre o saneamento são muito incompletos por estar dispersos pelos municípios e a empresa Electra

Outras Recomendações feitas no relatório:

1. Os membros do BSG desejam realçam que o apoio orçamental ao sector do ambiente tem como objectivo ajudar o Governo de Cabo Verde em geral (tanto a nível central como municipal) na implementação da sua política para o ambiente através dum canal único de diálogo político e de financiamento, que esteja em sintonia com os sistemas existentes de planeamento e gestão financeira e procedimentos do Governo. Os parceiros estão preocupados com o facto de o PANA II ser entendido e administrado como um projecto financiado por um doador em vez de ser considerado como a própria estratégia do Governo, fixando prioridades ambientais transversais em vários sectores. O Governo devia trabalhar com os membros do BSG no sentido de desenvolver um entendimento comum e objectivos comuns para o apoio sectorial ao orçamento.
2. O planeamento, a orçamentação e a informação sobre as actividades do PANA II devem fazer parte do ciclo normal do orçamento e não através de mecanismos paralelos
3. Recomenda-se que o Governo passe a utilizar o relatório anual de implementação do PANA II como base para a preparação do orçamento do ambiente para o ano seguinte.
4. O relatório de implementação do PANA deve ser aprovado pelo CNA a tempo de servir de base para a programação do orçamento do ano a seguir
5. O relatório anual de implementação não contém informação (menos ainda análise) sobre a distribuição dos recursos do PANA, taxas de execução ou tipo de despesa feita. Para resolver este problema a DGA propõe-se criar um instrumento para captar as despesas relativas ao PANA II (a nível sectorial e municipal). Uma opção seria conceber um quadro de conversão para relacionar as classificações orçamentais existentes (classificação orgânica e funcional) com as áreas de intervenção do PANA II. Pode ser necessária assistência técnica especializada para apoiar a DGA no desenvolvimento deste instrumento. Seria essencial uma

colaboração estreita entre a Direcção Geral do Planeamento (DGP), a Direcção Geral do Orçamento (DGO) e o Núcleo Operativo para o Sistema de Informação (NOSI).

6. Recomenda que a avaliação das necessidades em recursos humanos levado a cabo pelo MAA, deve ter em consideração as prioridades da DGA e da DGPOG
7. Recomenda-se a ligação da DGA ao sistema SIGOF para que aja o seguimento e monitorização dos investimentos realizados no sector ambiental
8. Recomenda-se que a preparação do plano de acção do Turismo seja aproveitada como uma oportunidade para assegurar que as preocupações e as oportunidades ambientais são tidas em consideração no desenvolvimento do turismo.
9. Recomenda-se um estudo detalhado sobre a extracção ilegal de areia para se entender o problema e maior investimento em actividades de controlo e sanção
10. Recomenda-se a elaboração e aprovação de regulamentos dando directivas sobre a avaliação dos EIA e o seguimento da sua implementação
11. Recomenda-se a revisão Urgente dos PAIS do Turismo e do Saneamento, pois são sectores chaves
12. A aprovação e implementação de Planos Territoriais são de extrema importância, pelo que recomenda-se a publicação das regulações necessárias para a sua implementação, bem como maior investimento financeiro
13. Recomenda-se ao Governo reflectir se as ETAR são a solução mais viável para o problema de tratamento de águas residuais, uma vez que o país possui uma grande falta de água
14. Recomenda-se uma clarificação na melhor opção do tratamento dos resíduos sólidos: Lixeira Confinada ou Incinerador

A equipa de avaliação identificou algumas questões que não estão abrangidas na matriz sectorial, mas são elementos importantes para uma avaliação detalhada do desempenho do sector.

**Agricultura e pecuária:** A actividade agrícola e pecuária tem um impacto directo no ambiente. Há preocupações de que a selecção actual de culturas e de gado (por ex: milho e cabra) e as práticas de cultura sejam inadequadas para as características climáticas e topográficas do país.

**Gestão de recursos hídricos:** Os recursos hídricos são escasso em Cabo Verde e a gestão dos mesmos é um assunto extremamente complexo. Foram identificados inúmeros desafios: (i) a dificuldade de controlar e gerir a água utilizada na irrigação (a água para irrigação é subsidiada); (ii) a tensão entre o objectivo de aumentar as ligações domiciliárias à rede de abastecimento de água (para cumprir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio) e o objectivo de gerir um recurso muito escasso; (iii) a salinidade crescente das bacias hidrográficas perto da costa (devido à extracção de areia); (iv) a conta de água pendente (dívidas à Electra e à INGRH) e preocupações quanto à sustentabilidade financeira dos serviços de abastecimento de água; e (v) a falta de tecnologia e de equipamento para medir o fornecimento de água.

**Fazer cumprir a lei e capacidade de monitorização:** O cumprimento da lei e o controlo estão entre as funções mais importantes do Estado no sector do ambiente. A capacidade limitada das agências do Governo de fazerem cumprir os regulamentos e de realizarem actividades de monitorização foi um dos desafios mais frequentes enunciados por vários parceiros do ambiente consultados durante a missão de avaliação.

A equipa de avaliação nota que estas questões são de relevância significativa para a questão ambiental em Cabo Verde e, portanto, recomenda que, apesar de não terem sido contempladas na matriz de avaliação do desempenho, sejam incluídas na análise pela próxima missão de avaliação.

### **Recomendações sobre o acompanhamento de missões futuras**

- Os serviços do Governo que coordenam o ambiente (DGA) deviam recolher toda a informação relevante antes do início da missão de avaliação. O ideal seria ter o

relatório anual de implementação do PANA II pronto e disponível e espera-se que este possa fornecer a maior parte da informação básica necessária para proceder à avaliação.

- A DGA e a DGP devem nomear pelo menos um ponto focal cada uma para apoiar a equipa de avaliação: organizar reuniões sectoriais, participar nessas reuniões e disponibilizar toda a documentação relevante do Governo.
- O programa de avaliação deve incluir uma discussão conjunta com agências de outros doadores que operam em áreas relevantes do ambiente com o objectivo de ficar a conhecer as suas actividades e recolher as suas opiniões sobre as principais realizações e os desafios nos sectores.
- Deve ser convocada uma reunião sectorial conjunta pelo GOCV no fim da missão com todos os intervenientes relevantes no sector do ambiente (incluindo uma selecção de municípios) a fim de discutir as conclusões preliminares da equipa de avaliação e chegar a um consenso sobre qualquer ajuste que seja necessário fazer à matriz de avaliação do desempenho.

## **2- Recomendações para melhorar o impacto do APS no sector do meio ambiente** **Relatório de avaliação da Missão de 26 Nov- 06 Dez 2007**

Com vista a melhorar o impacto do APS no sector ambiente e, em particular, o rendimento de futuras missões de avaliação, recomenda-se o seguinte:

Prosseguir as discussões com o GOCV (a nível central e descentralizado) e os principais agentes não governamentais que intervêm no sector para assegurar um seguimento global da política ambiental definida no PANA II. O seguimento específico que se realiza actualmente da utilização que o país decide fazer dos fundos de APS deveria manter-se integrado neste seguimento de carácter mais global;

Seguir acompanhando a implementação do PANA II mediante um diálogo de políticas reforçado que ponha especial ênfase nos principais obstáculos encontrados, os quais estão recapitulados no *Aide-Mémoire* e no relatório de progresso sectorial das missões de avaliação conjuntas (extração ilegal de areia, etc.);

Manter um diálogo de políticas regular com o Governo e coordenado com o resto dos sócios (inclusive entre missões). Entre outras coisas, recomenda-se seguir de perto as discussões do CNA e outros foros nacionais de debate da política ambiental;

Elevar o diálogo de política sectorial (sócios APS – GOCV) de maneira a ser liderado e coordenado a nível de 'Ministro' ou de 'Director de Gabinete', o qual deveria reflectir-se no *debriefing* da missão de avaliação do sector do meio ambiente;

Assegurar por intermediário da DGA uma ampla difusão do relatório conjunto ADA – AEI da missão de avaliação do sector ambiente enviado ao GOCV, assim como a recompilação das reacções suscitadas pelo mesmo (direcções do MAA, distintos sectores implicados, municípios) e a sua canalização em direcção aos sócios do APS;

Compilar por intermédio da DGA e previamente ao início da missão de avaliação, toda a informação relevante sobre o sector ambiente. Em particular, seria ideal que se pudesse ter o relatório de progresso do PANA II (ou um draft do mesmo) antes da próxima missão prevista em Maio de 2008 e que este contemple a maior parte da informação básica necessária para proceder à avaliação;

Manter o sistema de pontos focais a nível de DGA e de DGP para acompanhar os trabalhos da missão, facilitar a organização das reuniões e mobilizar a informação necessária;

Manter o sistema de encontros sectoriais bilaterais (missão de avaliação – direcção, serviço, município ou estrutura) combinados com encontros de carácter transversal (missão de avaliação – grupo de direcções, serviços, municípios ou estruturas);

- Agendar no programa da missão de avaliação uma reunião de doadores de meio ambiente para conhecer as suas actividades, recolher os seus pareceres sobre as principais realizações e desafios do sector e apresentar as primeiras conclusões da missão;
- Convocar ao final da missão uma reunião sectorial conjunta com todos os agentes no sector do ambiente (incluindo uma selecção de municípios) a fim de discutir as conclusões preliminares da equipa de avaliação e chegar a um consenso sobre qualquer ajuste que seja necessário introduzir;
- Actualizar regularmente as metas de anos vindouros da matriz de desempenho do APS para guardar uma boa perspectiva no diálogo de políticas (a ser possível trienal). Em particular, independentemente de que a ADA e a AECI tenham aprovado ou não a continuidade do APS, recomenda-se que na próxima missão de Maio 2008 se fixem as metas do ano 2009 (deslizando-se as colunas da matriz para a esquerda e tirando 2006);
- Salvo no caso de se apresentar mudanças contextuais, recomenda-se evitar modificar os indicadores para obter, desta maneira, uma maior solidez e consistência nas negociações;
- Completar o enfoque de APS mediante o financiamento directo de acções complementares tais como: (i) um apoio à Rede parlamentar para a promoção do meio ambiente, a luta contra a desertificação e a redução da pobreza para promover o diálogo de políticas sobre as realizações e os obstáculos do PANA II a nível nacional, (ii) um apoio à sociedade civil especializada no seguimento da política ambiental, (iii) um apoio técnico-institucional para melhorar a qualidade dos instrumentos nacionais de seguimento da estratégia do sector e, entre outras coisas, promover um seguimento mais global.

**Anexo 4 – Auditorias realizadas às industriais registadas**

<b>Nome Empresa</b>	<b>Instituições Auditoras</b>	<b>Nº Auditorias</b>
Restaurante na Brasa	Direcção Geral do Ambiente	3
Pedreira Monte Adriano.	Direcção Geral do Ambiente	2
B.B.S. COMÉRCIO E INDÚSTRIA S.A	Direcção Geral do Ambiente e Direcção Geral da Indústria e Energia	1
BLOMAQ Lda.	Direcção Geral do Ambiente	1
SITA	Direcção Geral do Ambiente	2
ECPI	Direcção Geral do Ambiente	1
PROLACT	Direcção Geral do Ambiente	1
CERIS	Direcção Geral do Ambiente	2
Obras MCA – Construção da Estrada Assomada/Rincão	Direcção Geral do Ambiente MCA	1
Estrada Assomada/Rincão	Direcção Geral do Ambiente	1
Vidral	Direcção Geral do Ambiente	1
Estaleiro Monte Adriano	Direcção Geral do Ambiente	2
Ceris – Ribeira de Lém Ferreira	Direcção Geral do Ambiente	1
EXPOARTE, Lda.	DGIE + DGA+DS+DG Alfandegas+SNPC	1
ITP – INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DE PEDRA, Lda.	DGIE+DGA+CM+DS	2
Padaria de Santiago	DGA+DGIE+DS	1
DALINA – GELADOS E IOGURTES Lda.	DGIE+CM.Mosteiros+DS Mosteiros+Alfandega Mosteiros	1
GOLDEN ICE GELATARIA – Sociedade Unipessoal Lda.	DGIE – Câmara Municipal da Praia+DS+DGA+IGAE+DG Alfandegas	1
B.B.S. COMÉRCIO E INDÚSTRIA S.A.	DGIE-CMSal+DS Sal+ Delegação das Alfândegas no Sal	1
BLOMAQ Lda.	Direcção Geral da Indústria e Energia Câmara Municipal da Praia (Serviços Técnicos) Delegacia de Saúde da Praia Direcção Geral das Alfândegas Direcção Geral do Ambiente IGAE – Inspeção-geral das Actividades Económicas	1

SAL ALMADA	Direcção Regional de S.Vicente - MECC Câmara Municipal do Sal (Serviços Técnicos) Delegacia de Saúde do Sal Direcção Geral das Alfândegas	1
TIPOGRAFIA SANTOS Lda.	DGIE Câmara Municipal da Praia (Serviços Técnicos) Delegacia de Saúde da Praia Direcção Geral das Alfândegas	1
SISIL CABO VERDE Lda.	DGIE Câmara Municipal da Praia (Serviços Técnicos) Delegacia de Saúde da Praia Direcção Geral das Alfândegas	1
JANELA DE SANTIAGO Lda.	Direcção Geral da Indústria e Energia Câmara Municipal da Praia (Serviços Técnicos) Delegacia de Saúde da Praia Direcção Geral das Alfândegas	1
ARASIMPOR, Lda.	Direcção Geral da Indústria e Energia Direcção Geral das Alfândegas IGAE – Inspeção Geral das Actividades Económicas	1
MARMORES FORTES, Lda	Direcção Geral da Indústria e Energia Direcção Geral das Alfândegas	1
DENTALTECH, LABORATÓRIOS	Direcção Geral da Indústria e Energia Direcção Geral das Alfândegas	1
LAVANDARIA MEDINA, Lda.	Direcção Geral da Indústria e Energia Direcção Geral das Alfândegas	1
VIDRAL, Lda.	Direcção Geral da Indústria e Energia Direcção Geral das Alfândegas	1
QUÍMICA CINTILA, Lda.	DGIE- Direcção Regional de S.Vicente – MECC Delegacia de Saúde de S. Vicente	1
SICAV, Lda.	DGIE – Direcção Geral da Indústria e Energia Direcção Geral das Alfândegas	1
EXPOARTE, Lda.	DGIE – Direcção Geral da Indústria e Energia Serviço Nacional de Protecção Civil; Delegacia de Saúde da Praia Direcção Geral das Alfândegas Direcção Geral do Ambiente	1

ITP – INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DE PEDRA, Lda.	DGIE – Direcção Geral da Indústria e Energia Câmara Municipal da Praia (Serviços Técnicos) Delegacia de Saúde da Praia Direcção Geral do Ambiente	1
JANELA DE SANTIAGO, Lda.	DGIE – Direcção Geral da Indústria e Energia Delegacia de Saúde da Praia Direcção Geral das Alfândegas	1
HABIPO, SOCIEDADE UNIPESSOAL	DGIE – Direcção Geral da Indústria e Energia Câmara Municipal do Tarrafal Delegacia de Saúde do Tarrafal Direcção Geral das Alfândegas	1
<b>Total Auditorias realizadas</b>		<b>42</b>



**Anexo 5 – Consumo de areia com origem legal**

<b>Consumo de areia legal - Ano 2007</b>	
<b>Descrição</b>	<b>Peso (Ton)</b>
Areias importadas	47.107
Areia mecanica*	256.672
<b>Total Areia Legal consumida</b>	<b>303.779</b>
Total Cimento consumido **	<b>305.327</b>
<b>Total areia consumida</b>	<b>610.654</b>
<b>Percentagem areia legal consumida</b>	<b>49,75</b>
*Dados fornecidos pelas centrais de Britagem	
** Dados resultantes da diferença entre stock inicial e final dos principais importadores e produtores de cimento	

## Anexo 6 – Dados QUIBB 2006 – Água e Saneamento

Quadro nº 48 - Distribuição percentual dos agregados familiares segundo o sexo do chefe do agregado e o modo de evacuação das águas residuais, por meio de residência, ilhas e concelhos.  
INE, QUIBB 2006

	MODO DE EVACUAÇÃO DAS ÁGUAS RESIDUAIS					
	Fossa séptica	Esgoto	Redor da casa	Natureza	Outro	Total
<b>AMBOS OS SEXOS</b>						
<b>CABO VERDE</b>	21,8	12,7	38,4	26,5	0,6	100,0
<b>MEIO RESIDÊNCIA</b>						
URBANO	32,5	21,0	29,2	16,7	0,7	100,0
RURAL	5,9	0,3	52,2	41,1	0,5	100,0
<b>ILHAS / CONCELHOS</b>						
S. ANTÃO	13,1	6,5	41,2	38,4	0,7	100,0
R. Grande	16,1	7,8	38,8	36,9	0,3	100,0
Paúl	17,4	3,2	58,0	19,4	2,0	100,0
Porto Novo	8,2	6,4	37,4	47,3	0,7	100,0
S. VICENTE	13,2	55,3	13,0	18,1	0,3	100,0
S. NICOLAU	14,6	1,1	30,8	53,2	0,3	100,0
R. Brava	12,1	1,7	34,7	51,0	0,5	100,0
Tarrafal de S. Nicola	18,6	0,2	24,4	56,7	0,0	100,0
SAL	76,5	0,7	16,9	6,0	0,0	100,0
BOAVISTA	41,0	1,3	19,0	38,7	0,0	100,0
MAIO	16,6	0,0	25,3	58,0	0,0	100,0
SANTIAGO	24,4	4,4	48,7	21,8	0,6	100,0
Tarrafal	15,3	0,3	62,5	21,8	0,0	100,0
S. Catarina	7,5	0,3	50,1	42,1	0,0	100,0
S. Cruz	7,0	2,4	63,8	26,8	0,0	100,0
Praia	42,8	8,3	34,9	12,8	1,3	100,0
S. Domingos	3,6	0,9	79,7	15,8	0,0	100,0
S. Miguel	2,5	1,1	74,9	21,5	0,0	100,0
S. Lourenço dos Órg	5,6	0,0	70,2	24,2	0,0	100,0
S. Salvador do Munc	2,5	0,0	77,5	19,9	0,0	100,0
R. Grande Santiago	2,1	0,9	44,4	51,7	0,8	100,0
FOGO	3,5	0,3	44,5	51,1	0,6	100,0
Mosteiros	2,9	0,7	60,7	35,7	0,0	100,0
S. Filipe	4,1	0,2	37,5	57,4	0,8	100,0
S. Catarina do Fogo	1,8	0,0	46,3	51,5	0,3	100,0
BRAVA	14,3	0,0	42,4	38,9	4,4	100,0

Quadro nº 50 - Distribuição percentual dos agregados familiares segundo o sexo do chefe do agregado e a principal fonte de abastecimento de água, por meio de residência, ilhas e concelhos. INE, QUIBB 2006

	PRINCIPAL FONTE DE ABASTECIMENTO DE AGUA								TOTAL
	AGUA POTÁVEL			AGUA NÃO POTÁVEL					
	Canalizada da rede pública	Chafariz	Autotanque	Cisterna	Poço	Nascente	Levada	Outro	
	<b>AMBOS OS SEXOS</b>								
<b>CABO VERDE</b>	43,9	37,1	5,7	2,0	1,1	4,8	0,3	5,1	100,0
<b>MEIO RESIDÊNCIA</b>									
URBANO	54,4	31,6	6,9	0,2	0,1	0,1	0,1	6,7	100,0
RURAL	28,3	45,2	4,0	4,6	2,8	11,8	0,7	2,7	100,0
<b>ILHAS / CONCELHOS</b>									
S. ANTÃO	53,6	32,9	2,7	0,4	0,5	6,8	1,2	2,0	100,0
R. Grande	64,4	22,5	3,1	0,8	0,0	6,2	1,5	1,4	100,0
Paúl	51,2	32,9	0,2	0,3	1,1	13,4	0,0	0,9	100,0
Porto Novo	42,7	44,1	3,3	0,0	0,7	4,9	1,3	2,9	100,0
S. VICENTE	49,5	24,6	15,6	0,4	0,3	0,1	0,0	9,5	100,0
S. NICOLAU	42,0	50,3	1,8	0,7	0,5	3,7	0,0	1,1	100,0
R. Brava	31,3	62,4	2,1	0,9	0,0	3,2	0,0	0,0	100,0
Tarrafal de S. Nicolau	59,3	30,5	1,3	0,2	1,3	4,5	0,0	2,9	100,0
SAL	48,6	40,3	10,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,9	100,0
BOAVISTA	39,8	52,4	4,2	0,0	0,7	2,6	0,0	0,3	100,0
MAIO	73,4	23,0	1,8	0,0	0,7	0,0	0,0	1,2	100,0
SANTIAGO	41,1	39,5	3,6	0,8	1,7	7,5	0,4	5,3	100,0
Tarrafal	58,1	29,9	1,9	1,5	0,1	2,0	1,3	5,2	100,0
S. Catarina	43,4	35,0	1,2	2,5	1,0	14,0	0,0	2,9	100,0
S. Cruz	57,6	22,9	3,3	0,0	7,8	1,1	0,5	6,8	100,0
Praia	42,5	45,4	4,0	0,3	0,1	0,3	0,4	7,2	100,0
S. Domingos	0,4	63,5	10,9	0,4	5,2	18,7	0,8	0,0	100,0
S. Miguel	45,8	20,5	3,1	0,4	1,8	24,9	0,6	2,9	100,0
S. Lourenço dos Órgã	34,7	28,2	4,1	0,7	4,4	25,4	0,3	2,2	100,0
S. Salvador do Mundo	10,3	33,4	2,7	2,6	13,9	34,9	0,0	2,2	100,0
R. Grande Santiago	8,6	50,8	5,6	1,0	0,6	29,1	0,3	4,0	100,0
FOGO	30,9	44,9	2,7	16,6	1,4	0,2	0,3	3,1	100,0
Mosteiros	28,2	41,4	0,4	28,4	0,0	0,0	0,0	1,6	100,0
S. Filipe	35,7	43,4	2,8	12,3	1,1	0,3	0,0	4,3	100,0
S. Catarina do Fogo	13,3	58,2	6,5	14,5	5,0	0,0	2,0	0,6	100,0
BRAVA	42,1	44,2	0,8	5,2	0,0	0,4	0,0	7,4	100,0